



**2015/0000(INI)**

13.7.2015

# **PROJETO DE RELATÓRIO**

sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas:  
aplicação das prioridades para 2015  
(2015/0000(INI))

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Relator: Dariusz Rosati

**ÍNDICE**

**Página**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU..... 3

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

### sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2015 (2015/0000(INI))

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente os artigos 121.º, n.º 2, e 136.º,
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 15 de maio de 2015, sobre as recomendações específicas por país - 2015 (COM(2015)0251),
- Tendo em conta as Conclusões do Conselho Europeu de 25 e 26 de junho de 2015 (EUCO 22/15),
- Tendo em conta a sua Resolução, de 11 de março de 2015, sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2015<sup>1</sup>,
- Tendo em conta o «Relatório dos Cinco Presidentes», de 22 de junho de 2015, intitulado «Realização da União Económica e Monetária da Europa»,
- Tendo em conta a sua Resolução, de 24 de junho de 2015, sobre a revisão do quadro de governação económica: avaliação e desafios<sup>2</sup>,
- Tendo em conta a sua Resolução, de 1 de dezembro de 2011, sobre o Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas<sup>3</sup>,
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 13 de janeiro de 2015, intitulada «Otimizar o recurso à flexibilidade no âmbito das atuais regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento» (COM(2015)0012),
- Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1017 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho de 2015, que cria o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento e o Portal Europeu de Projetos de Investimento e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1291/2013 e (UE) N.º 1316/2013 – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos,
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 26 de novembro de 2014, intitulada «Um Plano de Investimento para a Europa» (COM(2014)0903),
- Tendo em conta o Livro Verde da Comissão, de 18 de fevereiro de 2015, intitulado «Construção de uma União dos Mercados de Capitais» (COM(2015)0063),

---

<sup>1</sup> Textos Aprovados, P8\_TA(2015)0067.

<sup>2</sup> Textos Aprovados, P8\_TA(2015)0238.

<sup>3</sup> JO C 165 E, de 11.6.2013, p. 24.

- Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 17 de junho de 2015, intitulada “Um Sistema de tributação das sociedades justo e eficaz na União Europeia: cinco domínios de ação prioritários “ (COM(2015)0302),
  - Tendo em conta a sua Resolução, de 5 de fevereiro de 2013, sobre como melhorar o acesso das PME ao financiamento<sup>1</sup>,
  - Tendo em conta o artigo 52.º do seu Regimento,
  - Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e os pareceres da Comissão dos Orçamentos, da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores, da Comissão do Desenvolvimento Regional, da Comissão dos Assuntos Constitucionais e da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (A8-0000/2015),
- A. Considerando que as previsões económicas da primavera 2015 da Comissão indicam taxas de crescimento de 2,1 % na UE e 1,9 % na área do euro para 2016;
- B. Considerando que se prevê que a taxa de inflação anual, tanto na UE, como na área do euro aumente de 0,1 % em 2015 para 1,5 % em 2016;
- C. Considerando que o desemprego na UE permanece a níveis inaceitavelmente altos, mas está em ritmo de redução, passando para 9,2 % na UE e 10,5 % na área do euro em 2016;
- D. Considerando que as perspetivas orçamentais na UE e na área do euro continuam a melhorar, com uma posição orçamental globalmente neutra em termos agregados;
1. Congratula-se com o facto de a recuperação económica estar lentamente a ganhar terreno, esperando-se que o PIB na área do euro aumente de 2,1% em 2016; nota com preocupação, porém, que os seus alicerces ainda são frágeis, principalmente devido às fraquezas estruturais subjacentes da UE e que resultam numa baixa competitividade internacional;
2. Congratula-se com a focalização da Comissão nas recomendações específicas por país (REP) 2015 sobre as quatro principais prioridades do crescimento económico: incentivo ao investimento, implementação de reformas estruturais nos mercados de bens, serviços e trabalho, responsabilização orçamental e melhoria da política de emprego; salienta a importância destes motores do crescimento em si próprios e também no contexto da realização dos objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020;

### **Perspetivas e desafios económicos para a UE**

3. Congratula-se com a nova abordagem da Comissão de agilizar o Semestre Europeu, i.e., colocando uma tónica mais acentuada sobre um número limitado de prioridades e desafios mais importantes e publicando as suas análises específicas por país e para a área do euro três meses mais cedo que nos anos anteriores;

---

<sup>1</sup> Textos aprovados, P7\_TA(2013)0036.

4. Nota com preocupação os diferentes graus de empenhamento demonstrados pelos Estados-Membros na implementação das REP do ano passado; salienta importância de que estas sejam implementadas para assegurar uma implementação coerente e justa do quadro de governação económica entre os Estados-Membros; lamenta, neste contexto, o carácter não vinculativo das recomendações;
5. Salienta que muitos Estados-Membros, em particular da eurozona, estão confrontados com desafios macroeconómicos semelhantes, incluindo, sobretudo, elevados níveis de dívida e baixos níveis de investimento;
6. Lamenta as taxas de desemprego persistentemente elevadas na maioria dos Estados-Membros, nomeadamente as taxas de desemprego dos jovens e de desemprego de longa duração; salienta a necessidade de reformar os mercados de trabalho nacionais para aumentar as taxas de criação de emprego;
7. Congratula-se com a entrada em vigor do Regulamento relativo ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), destinado a impulsionar o investimento na UE, e solicita a todas as partes interessadas relevantes que assegurem a sua implementação expedita e efetiva;
8. Nota que, em muitos Estados-Membros, ainda é necessária uma maior consolidação orçamental para cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC); nota a comunicação interpretativa da Comissão sobre a flexibilidade do PEC destinada a clarificar o âmbito da cláusula de investimento e a permitir um certo grau de flexibilidade temporária na vertente preventiva do PEC;
9. Manifesta-se preocupado com os desequilíbrios macroeconómicos persistentes que existem em alguns Estados-Membros, nomeadamente perante os elevados níveis de dívida pública e os grandes desequilíbrios da balança de transações correntes, assim como riscos excessivos no setor bancário;

#### **REP – prioridades e objetivos**

10. Salienta a importância do acesso a financiamento por parte das empresas, em particular das pequenas e médias empresas (PME), que constituem a coluna vertebral da economia da UE; lamenta a incapacidade das baixas taxas de juro atualmente vigentes para incentivarem o investimento;
11. Salienta a necessidade de melhorar o ambiente empresarial da UE, assim como de aumentar os níveis de produtividade; salienta a importância de uma boa regulamentação empresarial para o sucesso dos FEIE; solicita portanto a supressão das barreiras administrativas e a redução da burocracia, bem como a reforma dos sistemas fiscais dos Estados-Membros;
12. Concorda com a Comissão em que muitos Estados-Membros necessitam de ser mais ambiciosos na implementação das reformas estruturais para tornar os mercados de bens e serviços mais competitivos; congratula-se, neste contexto, com a Comunicação da Comissão sobre um Roteiro para a realização do Mercado Único Digital;

13. Salienta a necessidade de os Estados-Membros adaptarem as suas finanças públicas através da implementação de uma política contracíclica quando necessário e de utilizarem plenamente as cláusulas de flexibilidade existentes que estão previstas na legislação; considera que, em particular, os Estados-Membros com níveis de dívida elevados devem prosseguir com políticas de consolidação orçamental favoráveis ao crescimento e implementar urgentemente as reformas estruturais recomendadas, enquanto que os que têm maior margem de manobra orçamental devem utilizá-la para acelerar o investimento;

### **Recomendações**

14. Congratula-se com a redução do número de Estados-Membros ao procedimento relativo a défices excessivos (PDE), que passou de 11 em 2014 para 9 em 2015; nota, porém, que este número ainda é relativamente elevado e reitera o seu pedido de que as recomendações específicas por país (REP) sejam, quando relevante, mais bem coordenadas com as recomendações em matéria de PDE, de forma a assegurar a coerência entre a supervisão da posição orçamental e a coordenação da política económica;
15. Salienta o papel que a existência de mercados de trabalho flexíveis desempenha na luta contra o desemprego, nomeadamente em relação ao impacto negativo sobre as taxas de criação de emprego que têm regras rígidas em matéria de despedimentos, níveis de salário mínimo excessivos e conflitos laborais prolongados; solicita uma deslocação da tributação sobre o trabalho para outras fontes de tributação;
16. Lamenta que as REP enfermem de falta de apropriação a nível nacional e de um mecanismo de responsabilização democrática; solicita, neste contexto, que os parlamentos nacionais desempenhem um maior papel na elaboração dos Programas Nacionais de Reformas (PNR); salienta que uma maior apropriação constitui um fator crucial para o sucesso da implementação das REP e, a mais longo prazo, da Estratégia Europa 2020;
17. Solicita à Comissão que agilize mais o Semestre Europeu e o seu calendário atual para harmonizar o impacto mútuo entre os documentos nacionais (PNR e Programas de Convergência/Estabilidade) e os documentos elaborados pela Comissão (REP e relatórios por país), de forma a reforçar sinergias e a facilitar a coordenação das políticas nacionais;
18. Salienta o impacto destrutivo que os níveis de dívida elevados têm sobre o crescimento económico na UE; solicita à Comissão que explore formas inovadoras de acelerar e minorar o impacto negativo da desalavancagem no setor bancário, privado e público;
19. Reitera o seu pedido de que seja reforçada a posição do Analista Económico Principal (AEP) da Comissão, cujo mandato consiste em verificar de forma independente a implementação das regras de governação da UE no âmbito do Semestre Europeu; solicita, em particular, que as análises do AEP sejam publicadas e que seja estabelecido um diálogo regular entre a comissão competente do Parlamento e este último; nota igualmente, neste contexto, que o “Relatório dos Cinco Presidentes” sobre a realização da UEM propõe o estabelecimento de um Conselho Orçamental Europeu (COE);

20. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução aos Presidentes do Conselho, da Comissão, do Eurogrupo e do BCE, bem como aos parlamentos nacionais.